



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 81

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 14 de dezembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se de seguida para a Agenda da Reunião com a aprovação por unanimidade quer do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, quer do [Projeto de Resolução n.º 121/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Reforço de Profissionais da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Manuel Pereira (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Proferiam declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Ferreira (*PSD*), José Contente (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*).

Por fim, foi colocada à votação a proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de dezembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Vamos começar pela chamada.

Sr. Secretário da Mesa tem a palavra.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Elisa Lima **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Jorge Azevedo **Paiva**

Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos ontem à noite no ponto 10, vamos então assim avançar, nomeadamente para o ponto 11 da Agenda que é o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 121/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Reforço de Profissionais da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores”**.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A PSP dos Açores tem um défice crónico de 200 elementos e funciona muito abaixo dos rácios aceitáveis face ao número de esquadras que possui e à dispersão territorial.

A situação agravou-se nos últimos tempos e em especial na ilha de São Miguel, mas estas dificuldades estendem-se à generalidade das ilhas dos Açores e são frequentes os períodos de inoperacionalidade de algumas esquadras no sentido dos agentes terem que se deslocar a ocorrências para prestar auxílio à população.

Bem sei também que o responsável máximo da instituição dos Açores veio ontem, como é normal, procurar tranquilizar a população, mas os problemas não se resolveram ontem, não vieram mais agentes para a PSP nos últimos dias e, portanto, estamos perante uma situação conjuntural que tem que ser resolvida com a maior urgência e este Parlamento pode ter efetivamente um papel importante nessa resolução.

Por isso, a urgência justifica-se, do nosso ponto de vista, por três ordens de razão: em primeiro, a suspensão formal ou informal do programa Escola Segura constitui um sério golpe na segurança da comunidade escolar; em segundo

lugar, a falta crónica de agentes e o encerramento cada vez mais frequente de esquadras para deslocação a ocorrências constitui também uma regressão de décadas que deve ser resolvida com urgência; e em terceiro, importa também salientar que a movimentação de agentes já foi desencadeada e a reparação desta injustiça para com os Açores é para nós urgente e prioritária, tendo em vista a salvaguarda da segurança das açorianas e dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, desta feita para apresentar então a iniciativa.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores apresenta, historicamente, índices de segurança elevados, não obstante alguns picos ocasionais de subida da criminalidade participada, mormente nas ilhas com maior população.

Nos últimos tempos, têm sido apontadas dificuldades crescentes de recursos humanos da Polícia de Segurança Pública, que têm obrigado, cada vez com

maior frequência, ao encerramento de esquadras para deslocação a ocorrências, isto é, para prestar auxílio aos cidadãos.

A falta de agentes tem originado também, em todas as ilhas, o corte sistemático de “folgas” dos polícias, de forma a assegurar o serviço da PSP, num esforço acrescido dos seus profissionais, que deve ser louvado neste Parlamento.

Recentemente, algumas estruturas sindicais alertaram ainda publicamente para os riscos decorrentes da escassez de polícias nos Açores, e no dia 7 de dezembro foi noticiado que a PSP de Ponta Delgada suspendeu o Programa Escola Segura e que ponderava até eventualmente vir a encerrar cinco esquadras na ilha de São Miguel, no período noturno.

É certo que o responsável máximo da Instituição nos Açores, veio ontem, como é normal, procurar tranquilizar a população, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veio desmentir!

O Orador: ... mas os problemas não se resolveram.

A PSP não tem hoje mais agentes do que os que tinha há uma semana quando o Programa Escola Segura foi suspenso em Ponta Delgada.

Pelo contrário, à medida que nos aproximamos dos períodos de maior concentração de gozo de férias, as dificuldades para assegurar o serviço serão ainda maiores.

A PSP dos Açores funciona com o menor rácio de Agentes em Portugal, face à dispersão do território e ao número de esquadras existentes, e as dificuldades denunciadas quanto à ilha de São Miguel, estendem-se a quase todas as ilhas dos Açores.

O Programa Escola Segura é consensualmente reconhecido como o programa de policiamento dirigido de maior sucesso em Portugal, quer pela proximidade que incutiu no relacionamento Polícia/Cidadão, quer pela segurança que permitiu proporcionar a um público tão específico como a comunidade escolar.

A suspensão formal ou informal do Programa Escola Segura constitui um retrocesso de 20 anos no modelo de policiamento do maior concelho dos Açores.

E o eventual encerramento de esquadras no período noturno por falta de elementos para garantir o seu funcionamento, constituiria também uma regressão inaceitável, com implicações diversas, nomeadamente no sentimento de segurança das populações.

Deputado San-Bento (PS): Isso está ultrapassado, Sr. Deputado!

O Orador: Para além da relevância para a população residente, a segurança tem constituído um fator determinante na escolha do *destino Açores*, realçando-se que o turismo é o setor que mais tem crescido na economia e aquele que tem contribuído para a criação de emprego na região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A região apresenta um défice crónico de agentes policiais na ordem das duas centenas, que deve ser progressivamente eliminado, porquanto, não obstante os tradicionais níveis de segurança, e a relativa estabilidade dos índices criminais, o Relatório Anual de Segurança Interna de 2016 revelou que, de 2015 para 2016, os Açores registaram um aumento de 2,7% na criminalidade participada, contrariando a tendência de descida a nível nacional.

E conforme consta do Relatório de 2017, os Açores voltaram a registar de 2016 para 2017 um aumento de 2,5% na criminalidade participada.

É preciso agir rapidamente para garantir que estes dois aumentos sucessivos não se consolidam numa tendência.

Aliás..., esta perceção pareceu ser assumida pelo Governo da República na sua deslocação à região em abril de 2016 e na Declaração Conjunta assinada entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente do Governo Regional, bem como em abril deste ano, quando o Ministro da Administração Interna prometeu o reforço de 40 agentes para o dispositivo da PSP nos Açores.

Porém:

- A ampla campanha de divulgação e sensibilização junto dos jovens Açorianos, com o objetivo de reforço das forças de segurança nos Açores, prometida em 2016... Não se Realizou.

- E o Reforço de 40 agentes prometido em abril deste ano... também não foi cumprido.

De facto, confrontando as transferências de elementos para os Açores com as saídas para outros comandos, os elementos que passaram à pré-aposentação no último ano e os que atingem essa idade nos próximos meses, e ainda aqueles que se encontram em formação para ascender a categoria superior e poderão ser colocados em qualquer unidade do país, o saldo de recursos humanos para o dispositivo da PSP nos Açores é altamente negativo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta Assembleia não pode aceitar, de ânimo leve, que o Governo da República prometa quando se desloca à Região, e depois não cumpra.

Nem os polícias que trabalham nesta Região, nem as populações das nossas ilhas podem ser abandonadas à sua sorte, e o 1.º Órgão da Autonomia deve tomar uma posição clara sobre o assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que este Parlamento Regional se pronuncie por iniciativa própria, nos termos seguintes:

- 1º. O Estado deve reforçar com a maior urgência os recursos humanos do dispositivo da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores, de modo a que esta força de segurança possa cumprir as suas missões, nomeadamente ao nível da prevenção da criminalidade, proteção de pessoas e bens e manutenção da ordem e tranquilidade públicas.
- 2º. O Estado deve desenvolver também “uma ampla campanha de divulgação e sensibilização junto dos jovens Açorianos, quanto às oportunidades

profissionais nas forças de segurança, com o objetivo final do reforço de elementos nas forças de segurança dos Açores”, conforme consta da Declaração Conjunta assinada entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores, a 30 de abril de 2016.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A suspensão formal ou informal do Programa Escola Segura e o eventual encerramento de esquadras no período noturno por falta de agentes, constituem uma regressão de décadas, na segurança dos Açorianos!!!

O incumprimento da promessa de reforço do número de agentes na Região, por parte deste Governo da República, põe efetivamente em risco a segurança das nossas populações.

Perante a indiferença do Governo da República para com a segurança dos açorianos, o projeto de resolução que aqui apresentamos, é uma afirmação do Parlamento dos Açores, em nome, e em defesa das nossas populações!!!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Polícia de Segurança Pública tem como missão garantir as condições de segurança, ordem, tranquilidade bem como a proteção de pessoas e bens, o que é naturalmente essencial num estado de direito. Para isso, no entanto, é preciso

que a PSP tenha meios efetivos que lhes permitam desenvolver essa atividade de forma adequada e garantindo assim a segurança pública.

No entanto, essa falta de meios e de efetivos tem sido cada vez mais evidente nos Açores nos últimos anos, por exemplo, na minha ilha, a ilha Terceira, avistar um polícia não é uma tarefa fácil e têm sido muitos os alertas e os sinais de que, de facto, iriam faltar polícias para garantir a segurança pública na Região e aparentemente começam agora a fazer-se sentir os efeitos destas limitações.

O próprio Presidente do Governo enviou em outubro uma carta ao Ministro da Administração Interna a pedir reforços de meios para a PSP da Região, no entanto, o Sr. Comandante Regional da PSP veio ontem refutar estas notícias públicas sobre uma alegada suspensão do programa Escola Segura, para além de outros potenciais impactos como o encerramento de esquadras durante alguns períodos, nomeadamente o período da noite.

Disse o Sr. Comandante Regional da PSP e cito: “As dificuldades pontuais existem na polícia como existem em outros serviços, mas como é na área da segurança isso tende a ser empolado e a ser explorado de outra maneira, mas nunca houve suspensão do programa, nem nunca vai haver a abolição do programa, pelo contrário, o programa Escola Segura é a joia da coroa. Esta é uma altura crítica por excelência, é a altura de Natal, basta haver baixas médicas para criar problemas de escala que nos obriga a deslocar elementos de um lado para o outro, mas é uma situação pontual.”

Disse ainda: “Essa ideia peregrina que anda aí na comunicação social de que pode haver encerramentos noturnos daqui e dali, isso pode eventualmente acontecer pontualmente, não por decisão minha, mas por imperativo da necessidade e das situações críticas que por vezes ocorrem, mas não há nada em termos de reforma ou decisão da minha parte, como digo, sou incompetente

nesta matéria, mas não há nada que determinasse o encerramento seja em Ponta Delgada, na Ribeira Grande ou em qualquer outro sítio.”

Ou seja, o que não é compreensível é nós termos por um lado, o Sr. Presidente do Governo Regional a pedir meios em outubro e dois meses depois do Sr. Comandante Regional da PSP dizer que a Região é a mais segura do país, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): E é!

O Orador: ... que não tem de haver falsos alarmismos e empolamentos e que a falta de efetivos não coloca em risco a segurança pública.

Neste caso “não bate a bota com a perdigota” e é preciso, de facto, a bem da segurança pública, que se esclareça urgentemente esta incongruência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que a avaliação feita pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira, até pelo conhecimento que tem de toda a matéria, deixa-nos um pouco constrangidos em abordarmos ao contrapor com os argumentos aqui já apresentados.

No entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda que há aspetos que necessitam de ser melhorados e ser corrigidos.

Não partilhamos da opinião do alarmismo que tem existido sobre esta matéria e ontem o Sr. Comandante Geral da Polícia prestou declarações que, no fundo, talvez tenham pecado por tardias, porque não se teria criado essa ideia de que o

programa Escola Segura tinha acabado e que as esquadras, certas esquadras, iriam encerrar no período noturno.

Fez essas afirmações, naturalmente, confiando no profissionalismo dos agentes da PSP que penso que devemos todos nós reconhecer a dedicação e o sacrifício que fazem muitas vezes em termos pessoais, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no sentido de transmitir e exercer a sua atividade dando segurança a todas as populações. Esta é uma matéria que eu penso que nós devemos realçar, portanto, o sacrifício até pessoal que fazem para o cumprimento da sua missão.

Fala-se que a criminalidade e os dados informam que a criminalidade aumentou nos Açores, em contraponto com a região, mas temos de separar a criminalidade normal, a participada normal, não é a criminalidade violenta, essa felizmente reduziu ...

Deputado André Bradford (PS): Mas isso o senhor não disse!

O Orador: ... e isso, eu acho que é importante relevar, e porque é que terá aumentado em determinadas ilhas.

Não podemos esquecer também que a polícia é chamada em determinados períodos do ano a prestar segurança a mais pessoas. Os Açores têm sido frequentados por turistas, um aumento substancial, que, naturalmente, aumenta e potencia a possibilidade daquele pequeno furto, do pequeno delito, que obriga a que a PSP tenha mais, digamos, serviço.

Portanto, estes aspetos são, de facto, aqueles que me parecem que poderão estar a contribuir para esta situação. Portanto, não há, no nosso entendimento, uma situação de alarmismo. Os rácios de agentes, e englobando também a GNR que tem competências também de segurança em determinadas ilhas, não é uniforme e há uma variação muito grande de ilha para ilha.

Em 2016 tivemos aqui uma discussão sobre umas propostas de apoio em que da análise que foi feita em 2015, o rácio por exemplo, na ilha das Flores de um agente de autoridade era de um para cada 97 habitantes.

Já no Corvo como só tem um GNR, na altura tinham um GNR, era um para 430 habitantes.

Em São Miguel que, de facto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 460! Já somos 460!

O Orador: Estou a falar em 2015, Sr. Deputado.

Em São Miguel é de um para 256. A dispersão ... Aí não ponho sequer em causa o conhecimento. No período noturno há uma redução de efetivos e, portanto, para manter todas as esquadras há, de facto, aqui uma questão, um problema que é necessário, de facto, enfrentar e ultrapassar.

Relativamente aos 40 efetivos dos novos formandos que eram previstos vir para os Açores. Representavam 10% dos formandos a nível nacional. Só terão vindo 20, que com as saídas, como aqui já foi dito, dos efetivos no fundo acabou por existir um saldo negativo. Portanto, a situação agrava-se.

Agora o que não podemos também aceitar é (desculpem-me a minha frontalidade) dizer que a culpa é deste Governo.

Não aceitamos essas acusações. Há aqui problemas estruturais antigos ...

Deputado André Bradford (PS): Diz que é de todos!

O Orador: ... que tem a ver com o défice de formação de novos agentes e a saída ...

Tenha calma, Sr. Deputado, que já vai ficar esclarecido.

Como eu estava a dizer, há um défice de formação. Analisado pelo balanço social da PSP vemos que uma percentagem muito elevada de agentes da PSP a nível nacional tem já uma faixa etária elevada e isto é um problema que todos temos que enfrentar e confrontar para que no futuro a situação seja ultrapassada.

No que refere também àquilo que eu considero de acusações ao atual Governo é preciso não esquecer que foi previsto de 2017 a 2021 um investimento de cerca de 5 milhões de euros nas esquadras da PSP. Algumas delas já foram reabilitadas como é o caso da das Flores.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Percebo que o senhor se calhar esteja incomodado ou com alguma pressa. Eu não tenho pressa nenhuma e, portanto, vou dizer aquilo que nós entendemos que deve ser dito, porque é um assunto demasiado sério para ser para ser levado com leviandade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso é que o PSD trouxe este assunto!

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sra. Presidente!

O Orador: Portanto, a questão que estamos aqui a tratar é um assunto, como eu disse, um assunto sério, é necessário ser enfrentado com clareza e com frontalidade e também não podemos esquecer o apoio que o Governo Regional tem dado anualmente (no caso de ter entregue cerca de 14 viaturas num investimento aproximado de 300 mil euros) e, portanto, há aqui um esforço também por parte do Governo Regional no sentido de minorar o impacto negativo que está a ter um problema, que é um problema estrutural, resultante de políticas que foram seguidas ao longo dos anos e que não foram seguidas por este Governo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou também procurar manter, naturalmente, a seriedade com que o Sr. Deputado Manuel Pereira fez a sua intervenção. Os apartes já se estão aqui a tornar um pouco frequentes e, portanto, vamos àquilo que interessa e vou também tentar, na medida das minhas possibilidades, ajudar a esclarecer algumas das questões que foram aqui abordadas.

Em primeiro lugar, Srs. Deputados, há dificuldades, à escassez de agentes na Região?

Há, efetivamente, na ordem dos 200.

Essas dificuldades são conjunturais ou são estruturais?

São estruturais. Aliás, como é assumido na carta enviada a 8 de outubro esta escassez de efetivos da Região é crónica e, portanto, é uma dificuldade estrutural que vem de há longos anos, mas que se está a agravar nos últimos tempos e tem tendência para se agravar não apenas porque não houve reforço, mas porque nos próximos tempos não virá, ou não está previsto vir mais ninguém para a Região. Há uma série de elementos que se vão aposentar, vão atingir o limite de idade, porque algumas décadas atrás quando fizeram a sua formação os cursos de formação de guardas na altura eram na ordem dos 800 ou de mil elementos e neste momento já não são, são de 300 ou de 400 e, portanto, as dificuldades que se sentem, neste momento, que são crónicas, mas que se se estão a agravar, vão agravar-se ainda mais ao longo do próximo ano e há algo aqui que é indesmentível: a promessa de reforço de 40 agentes para a PSP nos Açores é deste Governo, é de abril de 2018 e essa é uma realidade de uma verdade que é incontornável.

Deputado André Bradford (PS): Mas há outra!

O Orador: Portanto, o Governo, o atual Governo da República prometeu e na verdade não cumpriu e dos 10% do curso formação de agentes prometidos, Sras. e Srs. Deputados, efetivamente foram colocados numa lista de transferência para o comando regional 49, mas 26 já cá estavam, porque tinham vindo em regime de estágio no ano anterior, foram transferidos 17 para outros comandos, 12 foram para a pré-aposentação a um de novembro, 6 vão para a pré-aposentação no primeiro trimestre do próximo ano e 14 já cá não estão, porque estão em formação para ascender à categoria de chefes e poderão ser colocados em qualquer comando do país.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o saldo já é negativo e ao longo do ano de 2019 a previsão é de que seja negativo em 37 elementos.

Sr. Deputado André Bradford, eu estou a tentar esclarecer apenas para ficarmos todos mais ou menos informados sobre a situação atual e aquela que se prevê.

Deputado André Bradford (PS): Depois pergunto-lhe!

O Orador: Portanto, o saldo já é negativo. Neste momento a divisão de Ponta Delgada tem, sensivelmente, menos 22 elementos do que tinha há um ano atrás. A ilha do Faial, onde está sediado este Parlamento, tem neste momento, depois do reforço anunciado pelo Sr. Ministro da Administração Interna, menos 5 elementos na verdade, vai ficar com menos 6 muito em breve, porque há um elemento que vai ser transferido para outra ilha e no primeiro semestre do próximo ano teremos também aposentações.

Portanto, o dispositivo da PSP nos Açores não só não foi reforçado, como está a regredir.

Fechar esquadras para deslocação a ocorrências para prestar auxílio à população que era uma situação excepcional algum tempo atrás, está a tornar-se regra.

Deputado San-Bento (PS): Isso já acontece há anos!

O Orador: Hoje em dia as esquadras de Rabo de Peixe, da Ribeira Grande, de Vila Franca, Nordeste ou Capelas, fecham todos os dias para que os agentes

possam deslocar-se a ocorrências e é isso que nós não queremos e muito menos queremos que se torne numa regra. Também não podemos aceitar que, elogiando-se como foram aqui hoje elogiados os profissionais da PSP que fazem um sacrifício acrescido para garantir o serviço, a manutenção do serviço se faça maioritariamente à custa do corte de folgas e do corte nos períodos de descanso e de convívio familiar dos polícias que trabalham nos Açores, porque isso também não acontece nos comandos do continente.

Portanto, o que nós todos devemos pugnar é para que a Região seja efetivamente reforçada com profissionais da PSP, para que as esquadras possam funcionar com as devidas condições e para que os elementos da PSP que trabalham na Região Autónoma dos Açores tenham também direito ao seu descanso, direito ao convívio com as suas famílias, como têm os elementos da PSP, ou como devem ter os elementos da PSP, de todo o território nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Governo dos Açores reafirmar e reitera a importância e a necessidade urgente do reforço de efetivos da Polícia de Segurança Pública na nossa Região.

Entendemos tratar-se de uma matéria de grande relevância e reiterámos e reafirmamos essa importância de que o efetivo de agentes de segurança na nossa Região seja efetivamente ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que seja efetivamente efetivado!

O Orador: ... reforçado no curto prazo.

É por isso que nesta altura me parece importante e relevante também, em sequência das palavras do Sr. Deputado Manuel Pereira, reafirmar também uma palavra de homenagem e uma saudação àqueles que desempenham essas funções na nossa Região e que certamente com brio e dedicação profissional garantem a estabilidade e a segurança das nossas populações, ...

Deputado San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque me parece também importante neste debate porque, por vezes, no calor do debate político resvalamos eventualmente para sítios e narrativas que não queremos, é importante dizer e é importante transmitir também uma mensagem de tranquilidade não ligando esta questão a qualquer ciclo ou avolumar de insegurança nas nossas ilhas e nas nossas comunidades o que não me parece ser a verdade. Portanto, também me parece importante uma referência à estabilidade e à segurança na nossa Região.

Os Açores são, felizmente, uma região segura muito também por mérito dos nossos agentes de segurança e é verdade também, é importante dizê-lo, que aquilo que se espera é que o Sr. Ministro da Administração Interna cumpra aquele que foi o seu compromisso quando este ano esteve aqui na nossa Região e assumiu publicamente o compromisso de, no âmbito do final do curso de formação da escola de polícia, reforçar em cerca de 40 elementos o efetivo aqui da nossa Região. Nós não temos motivos, nem razões para não acreditar no Sr. Ministro da Administração Interna, acreditamos que ele cumprirá a sua palavra, porque isso é, de facto, na nossa perspetiva ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem muito boa imagem esse ministro!

O Orador: ... uma matéria relevante e também é importante dizê-lo (e o Governo dos Açores não permite que isso seja esquecido) que além desse compromisso do reforço em 10% do número de novos polícias que sairiam da

escola de formação, que 10% viriam para os Açores, ou seja, 40 efetivos, é bom também dizer que na nossa perspetiva esse número não é suficiente. Tendo em conta as estimativas que estão feitas, tendo em conta aquela que é também a posição do Comando Regional, tendo em conta também aquilo que já foi aqui referido ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Uma intervenção de estado!

O Orador: ... aqueles que irão para a reforma, as questões da mobilidade, a questão do aumento significativo dos fluxos turísticos da nossa Região e as informações e os dados que temos é que seria importante o reforço maior além desses 40 efetivos.

Além disso também, além de nós entendermos que o Sr. Ministro da Administração Interna, naturalmente, terá que cumprir aquilo que anunciou quando aqui esteve na nossa Região também é importante que se cumpra e que seja cumprido aquilo que consta da declaração conjunta aquando da visita do Sr. Primeiro-Ministro aqui à Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo foi essa visita? Foi há dois anos!

O Orador: ... onde uma das matérias era também a necessidade de uma campanha de divulgação da formação na área da Polícia de Segurança Pública, campanha essa que, na nossa perspetiva, tem que ser efetivado e de facto ainda não aconteceu.

É certo também que nós tivemos declarações recentes do Comando Regional, do Comandante Poças Correia, relativamente àquela que é a situação atual que vem em parte também tranquilizar algumas preocupações legítimas, diga-se, legítimas relativamente a esta matéria ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Presidente do Governo é que não está muito de acordo!

O Orador: ... e também é importante dizer, parece-me, que o Governo dos Açores sempre se chegou à frente (sempre se chegou à frente) para apoiar as forças de segurança na nossa Região, quando isso não é uma obrigação do Governo dos Açores é sim, uma obrigação do Estado português e nós não deixaremos (nós não deixaremos!) que o Estado português se esqueça dessas suas responsabilidades para com o povo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores chegou-se à frente, assumindo também o seu contributo e o seu apoio às forças de segurança, quando criou também, no âmbito do processo de cooperação com as forças de segurança, com a Polícia de Segurança Pública e com outras forças de segurança, um mecanismo de dotar as forças de segurança de novas viaturas e de novos equipamentos ao serviço das forças de segurança em valores que totalizaram cerca de 2 milhões de euros.

Foi através do Governo dos Açores e também como consequência de uma iniciativa legislativa aprovada aqui, neste Parlamento, que tivemos também oportunidade de apoiar, a dotar as forças de segurança da nossa Região. Eu recordo bem nesse processo era na altura líder parlamentar, o Sr. Deputado Francisco César foi na altura o deputado que conduziu esse processo em nome do Partido Socialista e por força também dessa legislação da proatividade da prova a atividade do Governo dos Açores ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Deputado André Bradford onde é que estava?

Deputado Francisco César (PS): Estava ali!

O Orador: ... foi possível dotar as forças de segurança da nossa Região de equipamentos no valor que ascende a cerca de 2 milhões de euros e também no quadro do cumprimento do novo compromisso com o Sr. Primeiro-Ministro, aquando da sua visita aqui também à Região, os Açores também se chegaram à frente para um processo de melhoria das infraestruturas das forças de segurança

na Região que ascende a cerca de 500 mil euros, ou seja, não sendo essa uma responsabilidade dos órgãos de governo próprio da nossa Região, o Governo dos Açores chegou-se à frente no apoio às forças de segurança e o mesmo acontece também com várias câmaras municipais da nossa Região que também estão sempre disponíveis para apoiar as forças de segurança.

Ou seja, resumindo, nós reafirmamos e reiterámos a nossa preocupação com este assunto, entendemos que é fundamental que o efetivo das forças de segurança seja reforçado na nossa Região e sendo essa uma função primeira do Estado português, mas também é importante lembrar que o Governo dos Açores sempre se chegou à frente quando foi preciso criando mecanismos de apoio à dotação de equipamentos por parte das forças de segurança.

Portanto, nós concordamos com esta proposta do PSD, com esta pronúncia por iniciativa própria deste Parlamento relativamente a este assunto, que é um assunto importante, mas também é preciso dizê-lo com a serenidade e lucidez que uma matéria destas exige também não é correto que se possa criar ou retirar daqui uma perceção de que os Açores são uma Região insegura com profundos problemas de insegurança pública que não é de todo verdade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! **Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do PSD vem aqui apresentar uma iniciativa que vem claramente denunciar aquela que é uma situação que nós consideramos de total incumprimento por parte do Estado acerca de uma competência que devia ser exercida pelo Estado e que constitui, portanto, a garantia de um direito que, neste momento, está colocado em causa, que é o direito à segurança, que é um

direito constitucional. Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD faz o diagnóstico da exposição de motivos do incumprimento do Estado quanto ao direito e à garantia de acesso à segurança dos cidadãos e cidadãs açorianos e açorianas e estamos perante uma situação que, como já tivemos ocasião de dizer, não é de agora, é uma situação que se arrasta no tempo e que requer soluções e soluções que deem resposta àquelas que são as necessidades de todos nós aqui na Região.

Portanto, segundo estimativas (e penso que foi o Sr. Deputado Carlos Ferreira que avançou com uma dessas estimativas) faltam 200 efetivos da PSP neste momento na Região, o que coloca em causa a atuação policial, principalmente aquela atuação policial de proximidade junto à comunidade e até mesmo no acesso às esquadras. E digo que coloca em causa a atuação policial e de proximidade junto à comunidade até porque o que está a acontecer neste momento em Ponta Delgada, o que aconteceu do encerramento do programa ou da suspensão pelo menos do programa Escola Segura deveria preocupar a todos nós. É um exemplo, como alguém aqui já referiu, é a joia da coroa da atuação da PSP mesmo no todo nacional e, portanto, não faz sentido neste momento estarmos perante uma suspensão de um programa numa cidade como Ponta Delgada e num concelho como Ponta Delgada.

Portanto, é um programa que tem demonstrado os seus méritos na prevenção da criminalidade e principalmente na atuação no que diz respeito à violência doméstica e no namoro.

Perante a falta de operacionais no terreno as autoridades viram-se forçadas a transferir esses operacionais que estavam, digamos, que associados e que estavam a trabalhar no programa Escola Segura para outras missões policiais, o que não deveria acontecer, ou pelo menos no caso as autoridades policiais não deviam estar condicionadas a ter de tomar uma opção desta natureza.

É claro que mesmo assim, mesmo com esta transferência de operacionais de efetivos de um programa para outro, de uma missão policial para outra, mesmo assim e reduzindo os serviços na realidade neste momento a segurança pública é assegurada, porque os efetivos policiais sacrificam-se e sacrificam-se através da suspensão e adiamento de folgas, horários de trabalho que ultrapassam em muito aquilo que deveria que seria o expectável e aquilo que é por direito (e estamos aqui a falar em efetivos policiais que chegam a cumprir 60 a 70 horas de trabalho por semana) e, portanto, até isso coloca em causa aquela que é a qualidade do serviço prestado e coloca em causa, inclusive, também a saúde dos efetivos.

Estamos perante uma, como já disse e já foi aqui amplamente também reafirmado, obrigação que é do Estado e que o Estado neste momento não está a cumprir na sua plenitude.

Mais! Foi o próprio Governo da República, como também já foi aqui referido, que, em declaração conjunta com o Governo Regional em maio de 2016, reafirmou e reassumiu não só este problema, como apontou aquela que seria uma solução através do reforço de efetivos.

Ora, esse reforço de efetivos traduziu-se à partida com 40 efetivos, no entanto, cedo nos deparámos que, para além destes 40 efetivos estarem aquém daqueles que são os 200 necessários, mesmo assim, estes 40 efetivos acabam por não colmatar sequer aquelas que são pequenas falhas nos serviços, quer na Horta, quer na Terceira, quer em São Miguel. Porquê?

Porque como também aqui já foi dito alguns destes operacionais, destes 40, estariam incluídos naquela cota de efetivos que estão a cumprir o período probatório na nossa Região e também porque não estamos a considerar aqueles que, entretanto, foram transferidos para outras zonas do país, nem aqueles que entraram, entretanto, para a reforma.

Portanto, feito o balanço e já foi feito aqui pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira e por outros Srs. Deputados, a Horta perde cinco agentes, a Terceira fica mais ou menos na mesma, mas com a agravante de a Terceira apesar de receber a sede do 112 acaba por ser prejudicada e prejudicada porquê?

Porque teve que reservar parte dos seus efetivos para assegurar este serviço e acaba por não receber qualquer compensação em termos de reforço de pessoal.

Ora, nós consideramos que este não é um problema de fácil resolução, mas tem que ser resolvido e passa muito por incentivar o recrutamento de novos efetivos.

O ponto 2 da resolução do Grupo Parlamentar do PSD toca nesse ponto, se calhar, não será suficiente, apesar de também ser necessária uma campanha de divulgação e sensibilização junto aos jovens açorianos quanto às oportunidades profissionais nas forças de segurança, mas, se calhar, são necessárias outras formas de incentivar os jovens para não só a ingressarem nas forças policiais, como também escolherem os Açores como a sua zona de fixação e para poderem desempenhar as suas funções.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que esta é claramente uma daquelas questões que podemos caracterizar por uma questão de regime.

Não estão aqui em causa as responsabilidades dos Governos da República hoje e a sua conotação partidária, como também aquele que foi o exercício por parte do poder central por parte de outras forças políticas nacionais. É uma questão de regime e nesta questão de regime o que importa aqui é relembrarmos todos no âmbito da Constituição e no âmbito do Estatuto Político-Administrativo o Estado assegura, monopoliza, aliás, as competências nesta matéria, na matéria

da segurança. Portanto, deve exercê-las como nós exercemos outras, nomeadamente na área da educação ou da saúde.

A segurança é uma responsabilidade do Estado e sendo uma responsabilidade do Estado o que nós podemos constatar ao longo destas quatro décadas é que quase sempre o Estado esteve em défice no exercício destas funções.

Eu considero que a situação se tem vindo a agravar não com este Governo de forma específica, mas com os vários governos da República que se têm sucedido no exercício do poder a nível central, e considero também que de alguma forma esta questão poderá vir a colocar em causa a segurança da Região no futuro, porque, como é evidente nós nos Açores somos uma sociedade pacífica, uma sociedade cumpridora da lei de forma geral, mas, como é evidente nós temos processos, temos mecanismos, temos nomeadamente novas conjunturas, como o crescimento do turismo que obrigam a um reforço da capacidade de segurança, dos mecanismos de segurança que o Estado central exerce aqui, nos Açores. O que nós temos vindo a verificar é que estes problemas da segurança, este problema da falta de efetivos, são mais de 200 efetivos que faltam, não se resolvem.

O Sr. Deputado ... (o Sr. Deputado, não!) O Sr. Secretário Berto Messias fez aqui um discurso institucional impecável que eu subscrevo na íntegra, mas, na minha perspetiva, o que falta é uma posição mais enérgica, uma posição mais enérgica, porque se as palavras são palavras impecáveis o que falta aqui é uma atitude mais enérgica junto do Governo central. Nós não podemos pura e simplesmente assinalar que o Estado central está em défice na manutenção do dispositivo de segurança que é da sua responsabilidade, é da responsabilidade do Estado central ...

É evidente que foi feita uma carta, é evidente que quem ouviu e eu ouvi pormenorizadamente aquela que foi a comunicação do Sr. Secretário Berto Messias poderá concluir que coincidimos na caracterização da situação, dizendo

que ela é uma situação que não é grave, mas também que o Estado tem a responsabilidade de montar o sistema de segurança que neste momento é um sistema de segurança que tem défice, mas falta qualquer coisa, falta alma, falta espírito, falta uma capacidade de reivindicação mais assertiva junto do Governo central.

O que se tem de dizer ao Governo central é que essa é a vossa responsabilidade constitucional, essa é a vossa responsabilidade estatutária, essa é a vossa responsabilidade perante a cidadania dos Açores e nós exigimos (a palavra é esta) nós exigimos ...

Deputado San-Bento (PS): Mas não chega a responsabilidade!

O Orador: ... que os senhores cumpram a vossa obrigação. É assim que nós temos que aparecer junto do Estado central.

Não podemos aparecer como o pedinte a dizer “por favor, os senhores vejam, os senhores reforcem os mecanismos de segurança e a capacidade da PSP nos Açores”.

Não, não! Nós temos que surgir perante o Governo central de uma forma muito mais assertiva e é isso que falta na minha perspetiva na forma como se está a conduzir esta questão.

Já vi que esta iniciativa será votada favoravelmente.

Deputado André Bradford (PS): Não viu nada!

O Orador: O Parlamento dos Açores está a tomar uma posição responsável lembrando ao Estado que esta é a sua responsabilidade.

Há quem diga que nós também não podemos dramatizar esta situação, porque a verdade é que depois podemos causar junto da opinião pública, junto da cidadania algum tipo de problema, de pânico.

Bom, também não é essa a questão.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: Essa questão não se coloca porquê?

Porque as pessoas sabem que a Região Autónoma dos Açores é uma das regiões mais seguras. Agora, nós para as mantermos assim (mais seguras do país e da Europa), para a mantermos assim, tendo em conta o aumento bastante considerável, por exemplo, dos fluxos turísticos que trazem sempre também o aumento da criminalidade como se sabe, a criminalidade está associada também a fenómenos deste tipo, e isso é indesmentível, eu considero é que para mantermos a Região com estes dados tão favoráveis nós não podemos descurar o mecanismo logístico que funciona nos Açores. Não podemos descurar! Não podemos fazer! Nós temos, todos nós, o Parlamento dos Açores e o Governo Regional de uma forma mais assertiva, temos que reivindicar que o Estado central cumpra aquela que é a sua obrigação na Região Autónoma dos Açores. O que falta é isto. O que falta é isto!

É esta a mensagem que eu aqui quero dizer.

Evidentemente voto favoravelmente esta iniciativa, mas falta um pouco mais dessa energia, nomeadamente, por parte do Governo Regional, porque o Governo Regional nesta matéria evidentemente é o interlocutor direto com o Governo da República e os senhores têm que ser muito mais assertivos nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha participação neste debate prende-se com alguma experiência que eu colhi ao longo dos anos em que fui membro do Governo ao ter participado (e é uma parte que eu posso partilhar aqui) em vários, em sucessivos conselhos superior de Segurança Interna, onde todas as forças policiais e todas as entidades do topo da segurança do Estado se pronunciavam sobre aquilo que

depois culminava no relatório de Segurança Interna. Este relatório é conhecido também já hoje, nomeadamente, o de 2017.

Desde essa altura havia e há uma atitude de alguma não ambivalência, mas de cuidado e sensibilidade para, por um lado, mantermos aquilo que já foi transmitido nesta câmara de que os Açores são efetivamente uma das regiões mais seguras do país e o relatório de Segurança Interna de 2007 volta a reafirmar esta questão. Mas, isso não pode servir, e em sucessivos governos da República a que tive oportunidade de presenciar as suas perceções acerca desta situação, para condicionar a ideia de que então se são uma região muito segura para quê mais forças de segurança.

Portanto, nós temos que ter, de facto, esta necessidade permanente de por um lado, querermos manter a Região segura dotando-a de situações em termos de recursos humanos que permitam que essa vertente da segurança seja devidamente acautelada e, por outro lado, não podemos também ser, como já foi dito aqui, sermos alarmistas no sentido de passar uma perceção, uma imagem para o exterior que de algum modo prejudicaria a perceção das pessoas, nomeadamente, agora no turismo, mas também dos próprios cidadãos em relação àquilo que é o risco objetivo e não ao risco subjetivo resultante de notícias.

Queria dizer também que a questão do fecho de esquadras e mesmo do número de agentes da PSP nos Açores não é uma coisa nova. Estava aqui a ver um anúncio do Comando Regional da PSP dos Açores da divisão policial de Ponta Delgada, esquadra do Nordeste, onde dizia assim em 2014: “Esquadra encerrada para resolução de ocorrência complexa. Se for urgente contacte o 112.” Nessa altura, as forças policiais e os sindicatos já se queixavam que eram precisos mais de 200 agentes e até diziam que há quatro anos isso já era necessário.

Portanto, o assunto que hoje tem vindo na comunicação social não é novo, antes pelo contrário, é um assunto que efetivamente, como já foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, atravessa vários governos e que nos deve manter em alerta permanente. Mas também é verdade que não tem havido desinvestimento como em alguns anos sobretudo no período da Troika e pós período da Troika, que levou a que vários serviços públicos tivessem esse desinvestimento. Já foi dito pelo Sr. Secretário Regional que nós considerávamos positiva esta iniciativa e o grupo parlamentar do PS também pensa assim. Porém, ela não é nova, sob o ponto de vista das questões dos números. Temos que preservar, felizmente, de acordo com os últimos dados uma coisa que se chama baixa criminalidade grave e violenta que mais uma vez em 2017 desceu 12,1% e isso deve ser uma situação mantida e preservada sem prejuízo da atenção que nós temos que ter em relação a estas matérias. Também devo dizê-lo que o Governo Regional, teve uma iniciativa que foi aprovada aqui, em 2011, e que tem a sua materialização em curso. O Governo dos Açores tem feito um esforço importante para a própria manutenção da segurança permitindo que as esquadras da PSP e da GNR tenham mobilidade com os diversos tipos de viaturas que ao tempo estavam avariadas. Estas forças nem se podiam deslocar para ocorrências. É um dado significativo que eu penso que nós devemos valorizar.

Portanto, esta iniciativa do PSD parece-nos apropriada, não esquecendo todas essas outras variantes e fatores que gravitam em torno deste assunto da segurança que é um tema sempre inacabado e que nos parece que tem de ser visto com esta propriedade, este equilíbrio e bom senso, isto é, sermos firmes e rigorosos junto da República e sermos sempre sensatos e naturalmente empenhados em manter a segurança na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero arrastar também muito mais este debate, mas gostaria na sequência do que foi dito quer pelo Sr. Secretário Regional com um grande sentido de responsabilidade, naturalmente, quer pelo Sr. Deputado José Contente, esclarecer aqui uma coisa que me parece que importa também realçar. A iniciativa parlamentar e o subsequente protocolo entre a Região e o Governo da República para a afetação ao fundo Regional de Transportes Terrestres da percentagem das coimas de trânsito que compete à entidade autuante ...

Deputado Francisco César (PS): É receita da Região!

O Orador: ... para depois essas verbas serem empenhadas, serem investidas na dotação das forças de segurança da Região não é um favor que o Governo Regional está a fazer, nem é uma verba que saia dos cofres do Governo Regional. É a percentagem que compete à entidade autuante e que até esse momento era transferida para os cofres da República e que a partir dessa iniciativa, e muito bem, passou a ficar na Região ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É opção da Região afetar!

O Orador: ... para ser investida na dotação de meios das forças de segurança na Região. Portanto, foi uma mais-valia.

A Região Autónoma da Madeira há muitos anos que o fazia e a Região Autónoma dos Açores (e muito bem) passou a fazê-lo após aprovação dessa iniciativa, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso é que é uma visão partidária da coisa!

O Orador: ... mas eram verbas que já competiam à entidade autuante e também é importante que se esclareça, e já que o Sr. Secretário Regional focou essa dotação, pode o Sr. Secretário Regional aproveitar para esclarecer porque é que há projetos, nomeadamente para as viaturas de Investigação Criminal e os motociclos de trânsito, que estão parados no Governo há três anos. Isso também seria uma mais-valia para dotar a PSP, neste caso, de meios adicionais para poder cumprir a sua missão. Mas essa é uma matéria relativa à dotação de meios. Relativamente à dotação de recursos humanos que é o que nos traz aqui hoje, eu penso que já todos percebemos efetivamente que estamos perante uma situação deficitária de longos anos, portanto, estrutural que não devemos, nem podemos neste Parlamento ser alarmistas, mas Sras. e Srs. Deputados, a situação tem-se vindo a agravar isso é que nos deve aqui mover. A escassez de elementos na Região tem-se vindo a agravar, não tivemos um reforço de 40 como foi prometido pelo Sr. Ministro, pelo contrário, o que temos é uma degradação do número de recursos humanos neste momento, que se prevê agravar nos próximos meses e ao longo do próximo ano e, portanto, é isso que nos deve mover para reivindicarmos junto da República o reforço efetivo, e não apenas no papel, de 40 elementos para o dispositivo da PSP nos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem agora a palavra.

Deputado José Contente (PS): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero eternizar uma discussão que, pelos vistos, nós estamos de acordo na substância central desta questão, mas queria esclarecer uma coisa sob ponto de vista da justiça não relativa, mas absoluta, da posição do Governo Regional em matéria de afetação das verbas que de algum modo eram enviadas para o Estado e que o deixaram de ser por competência própria dos Açores e que podíamos ter afetado essas verbas à prevenção rodoviária, ...

Deputado Francisco César (PS): Sim, sim!

O Orador: ... ou a outras situações que têm a ver com a segurança nos Açores. Isso ocorreu, aliás, como sempre fez sempre parte ao longo desses anos enquanto nós não tomámos essa iniciativa, portanto, quer nós, quer os anteriores governos, mesmo governos do PSD e, portanto, isso não é uma dádiva, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tomámos a iniciativa salvo seja!

O Orador: ... não é um favor, mas foi uma opção política consciente ...

Deputado San-Bento (PS): Muito bem! Claro!

O Orador: ... para melhorar a segurança. É só nessa justa medida que eu quero dizer que, de facto, não considerando que é uma dádiva, um favor, mas é um sinal e foi um sinal de vontade política que se poderia ter optado pela afetação dessas verbas a outras situações como foram ao longo dos anos ...

Deputado San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que ninguém, nem o Estado de algum modo nos impediu de o fazer.

E mais! Essas verbas assim ainda ficaram mais acauteladas para serem destinadas efetivamente à PSP e, portanto, o objetivo máximo porque, entretanto, quando as coisas eram ao contrário, se as verbas fossem para o continente, não havia nunca a certeza que elas seriam redistribuídas nos Açores,

pelas autoridades que tinham participado na aplicação das coimas, etc., aumentando essas verbas. Portanto, nós até nessa matéria aumentámos a justiça da redistribuição das verbas perante as autoridades policiais nos Açores. Em suma, foi uma boa medida, uma justa medida, porque ela resolveu problemas e acabou por resolver uma situação que, aliás, as próprias forças policiais nos diziam que se essas verbas fossem enviadas para o continente não tinham a certeza que elas tinham o seu retorno e, portanto, nós achámos que esta foi uma boa medida.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Apenas duas notas.

Eu há pouco e faça-se justiça, eu acho que é importante também referir isso, quando me referi ao trabalho do Grupo Parlamentar do PS e do Deputado Francisco César por lapso não referi também o trabalho e empenho nesse processo do Deputado José Contente, ...

Deputado San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... na altura Secretário Regional dos Equipamentos que teve também um empenho muito relevante nessa matéria e fica aqui também a referência mais do que justa.

Relativamente às referências do Sr. Deputado Carlos Ferreira tentando, digamos, desmerecer o trabalho e a opção política do Governo dos Açores e dos órgãos de governo próprio dos Açores, ...

Deputado Carlos Ferreira (*PSD*): Desmerecer não!

O Orador: ... porque também neste Parlamento teve um papel importante, não vou fazer mais referências, porque o Sr. Deputado José Contente acabou de explicá-las de forma corretíssima e, portanto, subscrevo esta explicação.

Relativamente à referência aos projetos que se encontram no Governo relativamente às viaturas, eu devo dizer que, aliás, isso já é público, depois do apoio a largas dezenas de viaturas para as forças de segurança na nossa Região a opção agora que, aliás, já foi comunicada pelo Governo ao comando regional e aos comandos regionais das forças de segurança, é que depois da dotação em largas dezenas de viaturas a essas forças de segurança os apoios do Governo dos Açores devem ser agora reorientados para outras questões mais prementes, como é o caso das infraestruturas e onde o Governo tem também dado um apoio significativo à requalificação infraestrutural.

Portanto, esses projetos, disse o Sr. Deputado Carlos Ferreira, que estão parados, depois de termos dado os apoios que demos ao nível de viaturas, entendemos que agora é tempo de os apoios serem reorientados para a melhoria de infraestruturas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu há pouco quando referenciei que a Região Autónoma dos Açores deveria ter uma posição mais assertiva sobre esta matéria, tendo em conta o défice em relação à nossa estrutura de segurança que é da responsabilidade do Estado que assim o define a Constituição, digo isto porque existem outras soluções, não são as soluções que foram adotadas no desenho constitucional desta matéria para os

Açores, mas, por exemplo, a Catalunha, o País Basco têm forças policiais próprias, ou mais recentemente, as Canárias também têm forças policiais próprias e, portanto, é evidente que nesta matéria existem modelos alternativos. Nestas regiões convivem, coexistem forças de segurança da responsabilidade do Estado central e forças de segurança da responsabilidade das entidades regionais, nomeadamente, por exemplo, nas Canárias.

Ora, este é um modelo possível. A verdade é esta. O Estado central tem a responsabilidade, de acordo com aquele que é o desenho constitucional, de acordo com as competências que estão definidas e a repartição de tarefas, digamos assim, entre o Estado e a Região esta é uma competência que é da exclusiva competência do Estado e, portanto, nós, a Região, quer através do Parlamento, como hoje estamos a fazer, quer através do Governo, temos toda a legitimidade, mas mesmo toda a legitimidade, para exigir ao Estado que cumpra aquelas que são as suas obrigações na Região e o que eu considero é que não o temos feito de forma assertiva, não o temos feito de forma consistente, de forma mais eficaz que possa alcançar melhores resultados, porque este défice em relação aos efetivos das forças de segurança ... e não é apenas em relação aos efetivos da força de segurança, é em relação às próprias infraestruturas, como se sabe, muitas delas estão profundamente degradadas, ou também o que diz respeito aos próprios equipamentos das esquadras da Polícia de Segurança Pública que também apresentam défices muito significativos. Portanto, há aqui um conjunto de competências que o Estado não está a exercer e tem essa obrigação e, por isso, como é evidente, eu considero que do ponto de vista político todos nós, é uma responsabilidade de todos, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... todos nós temos essa obrigação de ter um discurso muito mais afirmativo junto do Governo central.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma breve intervenção para dizer o seguinte: há aqui, penso, que unanimidade de posições e a proposta será aprovada por todos, o que é efetivamente um reforço de posição firme daquilo que é necessário das obrigações do Estado para com a Região.

Era só esta questão que eu queria referir: é que se foram 10% dos formandos que foram no fundo afetados e que não conseguiram cumprir, suprir as falhas e que foram afetos à Região, nós temos que ter em atenção e devemos também fazer pressão no sentido de que as novas formações tenham mais elementos de maneira a que este problema, que não é só dos Açores, ... Recordo que em julho deste ano a Direção Nacional da PSP fez um estudo de uma reestruturação de encerramento de esquadras em Lisboa e Porto, coisa que aqui não acontece.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para concluir, penso eu, pelo menos, as minhas intervenções, gostaria de dizer o seguinte.

Assistimos aqui nos últimos momentos a um autoelogio do Partido Socialista relativamente ao apoio às forças e serviços de segurança na Região, ...

Deputado André Bradford (PS): Autoelogio! O senhor quer por as coisas nesses termos!

O Orador: ... procurando desviar aqui um pouco as atenções do foco da iniciativa do PSD que respeita efetivamente o reforço de elementos para a Região. Penso que o fizemos todos de forma muito serena, mas é importante aqui também não esquecer que quem está em falta com a Região, neste momento, é o Governo da República em relação à sua promessa de 40 elementos para o dispositivo da PSP dos Açores e, portanto, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tem razão! É verdade!

O Orador: ... é fundamental que todos nós, inclusive a bancada do Partido Socialista, nos lembremos disso mesmo ...

Deputado André Bradford (PS): A gente lembra!

O Orador: ... e, portanto, transformar a iniciativa do PSD num autoelogio ao Partido Socialista e ao apoio que o Governo tem dado às forças de segurança na Região é também desmerecer esta iniciativa e retirar o foco daquilo que é o mais importante e que nos traz aqui hoje:...

Deputado André Bradford (PS): A gente gostou da sua iniciativa!

O Orador: ... reforçar com urgência a PSP nos Açores em termos de recursos humanos para que possa cumprir devidamente a sua missão e para que possa prevenir a criminalidade, dissuadir comportamentos de risco e investigar com qualidade quando a prevenção não for suficientemente eficaz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira, para uma declaração de voto, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a unanimidade alcançada neste Parlamento. Entendemos que esta unanimidade é uma afirmação do Parlamento dos Açores em nome e em defesa da segurança das nossas populações.

Esperamos que o Governo da República cumpra efetivamente a promessa de reforço de 40 elementos para a PSP nos Açores e concluímos com uma palavra e uma mensagem de elogio e de reconhecimento aos polícias que trabalham na Região Autónoma dos Açores pelo esforço acrescido e pelo trabalho realizado em prol da segurança de todos os açorianos e de todos quantos nos visitam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria também nesta circunstância, nesta declaração de voto, dizer que para nós o chamado não campeonato da segurança, porque aí ninguém ganha, mas para nós o bem maior é de facto a segurança dos açorianos e quando isso está em causa e as posições consensuais resultante de toda a intersubjetividade dos discursos, que é isso que é um consenso, nós ficamos duplamente satisfeitos, porque contribuímos para um bem maior e naturalmente também porque nós, sem prejuízo de querermos ver todos os ângulos das questões (e foi o que fizemos, não assacar de nenhuma outra prioridade que não fosse a segurança), mas a história não se reescreve pelo facto de ela já ter sido escrita. Por isso, nós trouxemos o contributo da nossa partilha e experiência nesta matéria, mas

ficamos também muito satisfeitos, e eu particularmente contente e satisfeito, pela aprovação deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que prestámos aqui hoje um bom serviço à autonomia, prestámos hoje um bom serviço à cidadania dos Açores.

Neste caso conseguimos unanimidade, conseguimos criar unanimidade em relação a uma matéria que é da maior importância que é a manutenção da segurança da nossa sociedade.

Eu considero que são estes momentos que é importante valorizar, é pena que eles não possam ocorrer com maior frequência, mas a culpa é que eles não aconteçam não é claramente da Representação Parlamentar do PPM. Também não disse de quem é. Não quero quebrar esta unanimidade.

Mas também termino esta intervenção, esta declaração de voto final, para dizer que há um debate a fazer nesta matéria de segurança na Região Autónoma dos Açores, que é o debate sobre se nós também não devemos ter competências nesta matéria, se a Região também não deve assumir, no âmbito da sua autonomia, a ambição de possuir também competências nesta matéria e de servir melhor os açorianos nesta matéria em que tem existido um défice claro do Estado ao longo de todos estes anos. Este é um debate que na minha perspectiva importa fazer no futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS, naturalmente, votou a favor desta iniciativa, vê com bons olhos esta unanimidade e consideramos que isto, sim, é um planeamento estratégico isto, sim, é reconhecer que temos, de facto, limitações e que temos que trabalhar. Temos a Região mais segura do país, queremos mantê-la dessa forma e temos que trabalhar para que de futuro isso seja possível e, portanto, ficamos muito satisfeitos com a unanimidade à volta desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Julgo não haver.

Então agora sim, vou passar a ler a proposta de deliberação final: **a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de dezembro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sem mais demoras, um feliz Natal a todos e um ano novo repleto de sucessos.

Um bom regresso a casa.

Eram 11 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sónia Cristina Franco Nicolau

Partido Social Democrata (PSD)

Mónica Reis Simões Seidi

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice – MTSSS – (Reg. DL 489/2018) – n.º 105/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 12 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 12 – 19;

Assunto: Estabelece as regras para a verificação da situação de insuficiência económica a ter em conta na atribuição e manutenção dos apoios sociais ou

subsídios sujeitos a condição de recursos - MTSSS - (Reg. DL 490/2018) – n.º
106/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 12 – 19.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Pronuncia por Iniciativa Própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Reforço de profissionais da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores – n.º 121/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 12 – 12

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

3 – Requerimentos:

Assunto: [Bairros "Nascer do Sol" e "Beira-Mar"](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 07

Referência: 54.06.03 – N.º 551/XI;

Assunto: [Denúncia Hospital da Horta](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10

Referência: 54.06.07 – N.º 552/XI;

Assunto: [Estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social](#)

Autores: Luís Maurício, Mónica Seidi e João Costa (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 11

Referência: 54.03.00 – N.º 553/XI.

4 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Transporte de macas e incubadoras](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 523/XI;

Assunto: [Radioterapia no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 06

Referência: 54.03.03 – N.º 531/XI;

Assunto: [Execução do Programa Açores PO2020 pelas Autarquias](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 07

Referência: 54.03.00 – N.º 464/XI;

Assunto: [Terminal de cargas da Aerogare das Lajes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10

Referência: 54.03.03 – N.º 440/XI;

Assunto: [Entrada em funcionamento do Solar da Glória como Unidade de Tratamento de Dependências](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 472/XI;

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter o Caderno Reivindicativo para o ano de 2019

Proveniência: SINTAP

Data de Entrada: 2018 – 12 – 05;

Assunto: Ofício a remeter a Publicação Ocasional n.º 1/2018 -Sistemas de Saúde

Proveniência: Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 12 – 11;

Assunto: Ofício sobre PTCE – Escrutínio do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019

Proveniência: Regina Bastos, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus

Data de Entrada: 2018 – 12 – 13;

6 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de dezembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Audição n.º 207/XI-AR - Proposta de Lei n.º 161/XIII \(GOV\) - Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Audição n.º 208/XI-AR - Proposta de Resolução n.º 1870/XIII \(CDS-PP\) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas regulamentares urgentes de proteção das espécies de cavalos-marinhos em Portugal](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10.

Assunto: [Audição n.º 211/XI-AR - Projeto de Lei n.º 1027/XIII \(PEV\) - Consagra o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador](#) (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, Relatório e parecer 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio, 55/2014, de 25 de agosto, 28/2015, de 14 de abril, 120/2015, de 1 de setembro, 8/2016, de 1 de abril, 28/2016, de 23 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto e 14/2018, de 19 de março)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de dezembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XI - 3.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime de Cooperação Técnico e Financeira entre a Administração Regional e Administração Local](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI \(GOV\) - Transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Regional Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 95/XI - Recomenda ao Governo Regional que proponha à ALRAA um Aditamento ao decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 29 de maio, relativamente ao provimento do Cargo de Inspetor Regional da Administração Pública](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Audição n.º 84/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que cria o Portal dos Fornecedores do Estado - MPI - \(Reg. DL 109/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 12 – 11;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de dezembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 12 – 10;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de dezembro de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 12 – 11.

A Redatora, Ana Machado